

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

Plano de Ação Governamental

BIÊNIO 2019-2020

PROGRAMA PAG 1

PROGRAMA PAG 2

PROGRAMA PAG 3

PROGRAMA PAG 4

PROGRAMA PAG 5



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças
(DGPCF)

Des. Claudio de Mello Tavares

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Bernardo Moreira Garcez Neto

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. Reinaldo Pinto Alberto Filho

1ª VICE-PRESIDENTE

Des. Paulo de Tarso Neves

2ª VICE-PRESIDENTE

Desa. Elisabete Filizzola Assunção

3º VICE-PRESIDENTE

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Plano de Ação Governamental PAG Biênio 2019/2020

Fundamentação legal

O PAG está fundamentado nos preceitos pautados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e observa as normas e procedimentos voltados ao planejamento, à geração de despesas e à transparência da gestão de recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), portanto, é a principal fonte reguladora da execução do Plano de Ação Governamental – PAG, tendo em vista assegurar a qualidade da gestão fiscal e o equilíbrio das finanças públicas, além de zelar pela aplicação planejada dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis, bem como pela preservação e conservação do patrimônio público e pela compatibilidade do planejamento com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos destinados ao custeio e ao investimento, aplicados na execução dos programas do Plano de Ação Governamental – PAG, são regidos pelas normas estaduais: Lei nº 2.524/1996 (Criação do FETJ), Lei nº 2.836/1997 (altera os artigos 2º, II, e 3º, V, da Lei nº 2.524/1996) e Lei nº 3.217/1999 (autoriza a transferência de novas receitas para o FETJ).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Apresentação

O Plano de Ação Governamental – PAG apresentado para o presente biênio, aprovado pela Resolução TJ/OE/RJ nº 15/2019, está alinhado ao Planejamento Estratégico do PJERJ delineado para 2019/2020 e estruturado em consonância com o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (PPA-2016/2019), bem como com a proposta do futuro Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (PPA 2020/2023).

Para a realização das ações planejadas e a consecução dos objetivos definidos no Plano de Ação Governamental – PAG, estão dispostos no Orçamento autorizado de 2019, assim como na Proposta Orçamentária para 2020, recursos destinados à sua execução.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Macro-objetivos

Por definição, os macro-objetivos constituem-se nos pilares que norteiam a elaboração e orientam a execução do Plano de Ação Governamental – PAG apontando para sua finalidade. São eles:

- **Avaliar e Acompanhar** a evolução das despesas públicas administradas pelo PJERJ em atendimento aos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal e aos preceitos decorrentes de seus artigos 16 e 17, que tratam da geração da despesa pública e da despesa obrigatória de caráter continuado;

- **Compatibilizar e Adequar** os programas do referido Plano com o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA; e,

- **Disciplinar** a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, permitindo a fixação de prioridades em prol do equilíbrio fiscal, observada a continuidade dos projetos em andamento, de acordo com o disposto no artigo 45 da LRF, que trata da preservação do patrimônio público;

- **Assegurar** instrumento de ação planejada e transparente que permita a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar a manutenção da atividade jurisdicional.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Estrutura por Programação

O Plano de Ação Governamental – PAG é estruturado em cinco Programas com objetivos distintos onde são apresentados os projetos, as ações e as respectivas despesas com custeio e investimentos previstos, estimativamente, para o biênio.

Assim, o Plano de Ação Governamental – PAG para 2019/2020 totaliza o montante de R\$ 257,453 milhões, estando distribuídos:

Programas PAG:

1 Aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais

2 Racionalização da Prestação Jurisdicional

3 Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

4 Infraestrutura e Segurança das Edificações do Poder Judiciário

5 Desenvolvimento das Políticas Institucionais

TOTAL GERAL

R\$ 257.453.306

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 1

PROGRAMA PAG 1

Aprimoramento do Sistema
dos Juizados Especiais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 24 milhões, sendo composto por **um projeto estratégico** e **uma ação operacional**, a saber:

PROJETO ESTRATÉGICO

- Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)

AÇÃO OPERACIONAL

- Bolsa de Estudo de Juiz Leigo

TOTAL R\$ 24.000.000

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 1

Garantir, com a ampliação do sistema de Processo Eletrônico, a celeridade processual e a efetividade dos provimentos jurisdicionais através da melhoria do sistema dos Juizados Especiais, bem como incrementar a quantidade de sentenças proferidas por meio do acompanhamento da atuação dos juízes leigos.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 1

Necessidade de propiciar a continuidade dos benefícios adquiridos com a substituição de tramitação de autos em meio físico pelo meio eletrônico, como instrumento de celeridade e qualidade da prestação jurisdicional; e de promover a atuação do Juiz Leigo com metas de produtividade capazes de atender às demandas dos Juizados Especiais, sem prejuízo da qualidade técnico-jurídica de suas decisões.

LEGISLAÇÃO

Lei Federal nº 11.419/2006, Lei Federal nº 12.153/2009, Lei Estadual nº 5.781/2010, Resolução CNJ nº 174/2013 e Provimento CNJ nº 22/2012.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 2

PROGRAMA PAG 2

Racionalização da Prestação Jurisdicional

O referido programa totaliza a importância de R\$ 25,860 milhões, sendo composto por três projetos estratégicos e uma ação operacional, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade)

- Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade)

- Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade)

AÇÃO OPERACIONAL

- Fortalecimento de Perícias

TOTAL R\$ 25.860.227

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 2

Adotar medidas que promovam maior celeridade processual e efetividade da prestação jurisdicional através da Implantação de projetos que contribuam para melhoria na prestação jurisdicional garantindo às partes medidas protetivas, quando for o caso, e de procedimentos que auxiliem para o incremento da celeridade dos provimentos jurisdicionais.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 2

Necessidade da adoção de instrumentos que auxiliem no alcance da redução da taxa de congestionamento da 1ª Instância e na viabilização e melhor desempenho da prestação jurisdicional.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 3

PROGRAMA PAG 3

Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação

O referido programa totaliza a importância de R\$ 109,253 milhões, sendo composto por treze projetos estratégicos, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)
- Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje (continuidade)
- Aprimoramento da Gestão do Patrimônio – Fase 4 (continuidade)
- Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)
- Modernização da Gestão Fiscal (continuidade)
- Ações Integradas de Saúde
- Avaliação e Descarte de Processos Administrativos
- Aprimoramento da Comunicação com a Sociedade
- Fortalecimento da Comunicação com o Público Interno
- Digitalização de Acervos Cartorários – Livro Eletrônico
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Depósito de Firmas

- Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos

- Estudo para a Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC

TOTAL R\$ 109.253.556

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 3

Garantir a evolução continuada da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, reduzindo a defasagem tecnológica relacionada aos sistemas, softwares e hardwares através da atualização dos sistemas administrativos, judiciais e corporativos, com desenvolvimento e aquisição de ferramentas de TI.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 3

Necessidade de adoção de medidas afetas à gestão corporativa da Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, evitando riscos relacionados à defasagem tecnológica e em atendimento à Resolução CNJ nº 211/2015 e Lei Federal nº 11.419/2006.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 4

PROGRAMA PAG 4

Infraestrutura e Segurança das Edificações do
Poder Judiciário

O referido programa totaliza a importância de R\$ 61,373 milhões, sendo composto por quatro projetos estratégicos e duas ações operacionais, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade)
- Solução de Monitoramento de Alarme de Pânico em Comarcas e Regionais do Estado do RJ
- Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico
- Plano de Obras (continuidade)

AÇÕES OPERACIONAIS

- Substituição de 01 (uma) Unidade Resfriadora de Líquido - Chiller do Fórum da Região Oceânica
- Substituição de 05 (cinco) Unidades Resfriadoras de Líquidos - Chillers do Prédio da Lâmina III

TOTAL R\$ 61.373.650

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 4

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais, com observância a critérios de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança através de adoção de medidas técnicas necessárias para o desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação de empresa e aquisição de equipamentos, visando a construção, reformas e adequação das instalações físicas do Poder Judiciário.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 4

Atender às condições de sustentabilidade e acessibilidade das edificações do Poder Judiciário, em face das Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, da Resolução nº 114/2010 do CNJ e da Norma Técnica - NBR 9050 da ABNT, bem como contribuir para a formação de ambientes saudáveis que proporcionem eficiência e qualidade operacional nos serviços prestados à sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 5

PROGRAMA PAG 5

Desenvolvimento das Políticas Institucionais

O referido programa totaliza a importância de R\$ 36,965 milhões, sendo composto por dezessete projetos estratégicos, a saber:

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade)
- Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
- Aprimoramento dos Mecanismos de Mediação e dos Métodos não Adversariais de Solução de Conflitos (continuidade)
- Identificar, Reduzir e Compensar as Emissões de CO2 no TJERJ
- Programa de Desenvolvimento Gerencial
- Ações Integradas de Saúde
- Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico
- Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG

- Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade)
- Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico – SEI (continuidade)
- Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje (continuidade)
- SIGA nas Secretarias de Câmaras
- Política de Governança Institucional
- Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ
- Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento
- Justiça Eficiente
- Implementação de Política Geral de Proteção de Dados no PJERJ

TOTAL R\$ 36.965.873

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

PROGRAMA PAG 5

FINALIDADE DO PROGRAMA PAG 5

Estabelecer diretrizes gerais que expressem os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver no cumprimento da missão do Poder Judiciário, objetivando alcançar a visão, pautando-se sempre pelos valores institucionais.

O desenvolvimento das políticas institucionais baliza-se em focar os resultados sociais, na busca pela excelência no atendimento à sociedade, na promoção da responsabilidade social, na priorização das demandas da sociedade e na valorização dos magistrados e servidores.

JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PAG 5

Necessidade de adoção de medidas afetas ao desenvolvimento das políticas institucionais do Poder Judiciário, através de projetos que permitam a comunicação com a sociedade, a valorização das pessoas, bem como a promoção da cidadania e da inclusão social.

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS
ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

Concluída a exposição detalhada dos Programas que integram o Plano de Ação Governamental - PAG para o biênio 2019/2020, apresenta-se em anexo, de forma consolidada, os projetos estratégicos e ações operacionais que materializam o referido Plano.

ANEXO

| PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG Biênio 2019-2020 | | | |
|--|-------------------|-------------------|--------------------|
| PROGRAMA PAG | 2019 | 2020 | Total |
| 1 - APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS | 12.000.000 | 12.000.000 | 24.000.000 |
| PROJETO ESTRATÉGICO | - | - | - |
| Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade) | | | |
| AÇÃO OPERACIONAL | 12.000.000 | 12.000.000 | 24.000.000 |
| Bolsa de Estudo de Juiz Leigo | | | |
| 2 - RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL | 12.020.076 | 13.840.151 | 25.860.227 |
| PROJETOS ESTRATÉGICOS | 3.020.076 | 6.040.151 | 9.060.227 |
| Aprimoramento da Gestão da Vara de Execuções Penais (continuidade) | | | |
| Ampliação do Modelo de Gestão da Dívida Ativa (continuidade) | | | |
| Reestruturação da Central de Testamentaria e Tutoria Judicial (continuidade) | | | |
| AÇÃO OPERACIONAL | 9.000.000 | 7.800.000 | 16.800.000 |
| Fortalecimento de Perícias | | | |
| 3 - GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 64.906.641 | 44.346.915 | 109.253.556 |
| PROJETOS ESTRATÉGICOS | 64.906.641 | 44.346.915 | 109.253.556 |
| Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade) | | | |
| Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - Pje (continuidade) | | | |
| Aprimoramento da Gestão do Patrimônio - Fase 4 (continuidade) | | | |
| Atualização do Parque Tecnológico (continuidade) | | | |
| Modernização da Gestão Fiscal (continuidade) | | | |
| Ações Integradas de Saúde | | | |
| Avaliação e Descarte de Processos Administrativos | | | |
| Aprimoramento da Comunicação com a Sociedade | | | |
| Fortalecimento da Comunicação com o Público Interno | | | |
| Digitalização de Acervos Cartorários - Livro Eletrônico | | | |
| Desenvolvimento do Banco de Dados de Depósito de Firmas | | | |
| Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos | | | |
| Estudo para Solução de Contingência de Infraestrutura de TIC | | | |

SUMÁRIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

APRESENTAÇÃO

MACRO-OBJETIVOS

ESTRUTURA POR PROGRAMAÇÃO

PROGRAMA PAG 1:

APRIMORAMENTO DO SISTEMA DOS JUIZADOS

ESPECIAIS

PROGRAMA PAG 2:

RACIONALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PROGRAMA PAG 3:

GESTÃO CORPORATIVA DA TECNOLOGIA DA

INFORMAÇÃO

PROGRAMA PAG 4:

INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PJ

PROGRAMA PAG 5:

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - PAG

| | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|
| 4 - INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA DAS EDIFICAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO | 33.265.750 | 28.107.900 | 61.373.650 |
| PROJETOS ESTRATÉGICOS | 24.371.750 | 28.107.900 | 52.479.650 |
| Aprimorar a Segurança nas Instalações Físicas do PJERJ com a Implementação do Sistema de Controle de Acesso (continuidade) | | | |
| Solução de Monitoramento de Alarme de Pânico em Comarcas e Regionais do Estado do RJ | | | |
| Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico | | | |
| Plano de Obras (continuidade) | | | |
| AÇÕES OPERACIONAIS | 8.894.000 | - | 8.894.000 |
| Substituição de 01 (uma) Unidade Resfriadora de Líquido - Chiller do Fórum da Região Oceânica | | | |
| Substituição de 05 (cinco) Unidades Resfriadoras de Líquidos - Chillers do Prédio da Lâmina III | | | |
| 5 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS | 9.359.818 | 27.606.055 | 36.965.873 |
| PROJETOS ESTRATÉGICOS | 9.359.818 | 27.606.055 | 36.965.873 |
| Plano de Valorização da Primeira Infância (continuidade) | | | |
| Fortalecimento da Política Judiciária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher | | | |
| Aprimoramento dos Mecanismos de Mediação e dos Métodos não Adversariais de Solução de Conflitos (continuidade) | | | |
| Identificar, Reduzir e Compensar as Emissões de CO2 no TJERJ | | | |
| Programa de Desenvolvimento Gerencial | | | |
| Ações Integradas de Saúde | | | |
| Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico | | | |
| Unificação do Teleatendimento dos Serviços da DGLOG | | | |
| Implementação do Novo Sistema GPES (continuidade) | | | |
| Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico - SEI (continuidade) | | | |
| Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - Pje (continuidade) | | | |
| SIGA nas Secretarias de Câmaras | | | |
| Política de Governança Institucional | | | |
| Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico do PJERJ | | | |
| Ambientes de Colaboração Virtual no Portal do Conhecimento | | | |
| Justiça Eficiente | | | |
| Implementação de Política Geral de Proteção de Dados no PJERJ | | | |
| Total Geral | 131.552.284 | 125.901.021 | 257.453.306 |